



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - MEDIDAS PREVENTIVAS DIANTE DE CATÁSTROFES CLIMÁTICAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1157/11	DATA: 17/08/2011
INÍCIO: 10h09min	TÉRMINO: 12h18min	DURAÇÃO: 02h08min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h08min	PÁGINAS: 38	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
--

FERNANDO BEZERRA – Ministro de Estado da Integração Nacional.
--

SUMÁRIO: Construção de proposta de marco regulatório para a proteção e a defesa civil no Brasil. Deliberação de requerimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens. Há palavra ininteligível. A reunião foi suspensa e reaberta.



A SR. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Bom dia aos colegas Parlamentares, assessores e representantes da imprensa presentes. Hoje nós temos a honra de receber o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que tem dado total apoio a esta Comissão e colocado a sua assessoria à nossa disposição.

Antes de iniciarmos a audiência pública com a presença do Ministro, informo aos colegas Parlamentares que se encontra sobre a mesa a ata da reunião anterior. Indago se há a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Requeremos a dispensa da leitura da ata.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - A dispensa da leitura da ata foi requerida pelo nosso Vice-Presidente.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

A Comissão solicitou ao Ministro que, de acordo com sua agenda, viesse a esta Comissão. No dia de hoje, neste momento, todas as Comissões da Casa estão iniciando seus trabalhos. Esta Comissão tem a responsabilidade de traçar políticas públicas para o enfrentamento de desastres ambientais. Estamos aqui com a preocupação de construir uma proposta de marco regulatório para a proteção e a defesa civil no Brasil. Nesse sentido, queremos ouvir o máximo possível de Ministros e instituições.

Convidamos a compor a Mesa o Secretário Nacional de Defesa Civil, Dr. Humberto de Azevedo Viana Filho, um dos integrantes da comitiva do Ministro.

Informo aos colegas Parlamentares que ontem esta Comissão esteve com o Presidente do Tribunal de Contas da União para discutir, inclusive, a situação dos repasses e do uso de verbas para a região serrana do Rio de Janeiro. E ouvimos uma notícia muito boa da maioria dos Ministros presentes à nossa reunião: que talvez pela primeira vez, nesses desastres que ocorrem no País, não faltaram recursos. Houve agilidade no repasse dos recursos. Houve problemas, inclusive, no



emprego desses recursos, na sua utilização, que está sendo questionada e investigada pelo Tribunal de Contas da União.

O Tribunal de Contas da União vai colocar à nossa disposição alguns técnicos para ajudar na elaboração de uma proposta de um marco regulatório da proteção civil no Brasil.

Antes de passar a palavra ao Ministro, peço ao Relator que faça a sua saudação. Em seguida ouviremos o Ministro. Depois abriremos a palavra para as perguntas.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Bom dia a todas e a todos os Parlamentares. Quero agradecer ao Ministro Fernando Bezerra pela presença e saudar o Secretário Nacional de Defesa Civil, Coronel Humberto, e a Deputada Perpétua Almeida, Presidenta desta Comissão.

Nós temos aqui, Ministro, a tarefa de, até o final do ano, apresentar ao País uma proposta de marco legal, de código nacional de proteção civil. E nada mais importante do que podermos fazer isso ouvindo o Ministério da Integração, que tem acumulado experiências ao longo dos anos e do trabalho que V.Exa. vem realizando com sua equipe a partir deste ano no Ministério da Integração. Espero podermos fazer mutuamente tudo o que for possível para que esta Casa possa cumprir o seu papel e aprofundar uma cultura de prevenção no Brasil.

Portanto, a experiência do Ministro será muito relevante para a elaboração dessa proposta.

Obrigado pela sua presença e de toda a equipe do Ministério da Integração presente a este encontro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Colegas Parlamentares, companheiros da imprensa, está com a palavra o Ministro Fernando Bezerra.

O SR. MINISTRO FERNANDO BEZERRA - Quero saudar a Presidenta da Comissão, Deputada Perpétua Almeida; cumprimentar o Deputado Glauber Braga, Relator da Comissão; cumprimentar toda a equipe do Ministério da Integração e, de forma particular, os que compõem a Secretaria Nacional de Defesa Civil, saudando o Secretário Nacional, Coronel Humberto Viana; cumprimentar as Sras. e os Srs. Parlamentares; cumprimentar os senhores e as senhoras da imprensa.



Sra. Presidenta, quero, primeiro, registrar a nossa alegria, a nossa satisfação em estar nesta Comissão para fazer aqui um balanço das ações desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil ao longo desses 7 primeiros meses de gestão, mas, sobretudo, trazer-lhes algumas indicações, algumas sugestões que possam contribuir para o relevante trabalho que o Congresso Nacional vem desenvolvendo, não só na Câmara dos Deputados como no Senado Federal; trazer a esta Casa propostas para um novo marco legal para a defesa civil nacional.

Eu reputo a iniciativa legislativa como uma das mais importantes na decisão da Presidenta Dilma Rousseff de fazer a virada do jogo na política de defesa civil do País. E a virada do jogo se traduz no empenho e na prioridade maior para as ações de prevenção para podermos mitigar os efeitos dos eventos extremos que, nos últimos anos, têm-se intensificado, não só no Brasil, mas em diversos outros países do mundo. É evidente que isso tem a ver com a mudança do clima, com os problemas de aquecimento global e, portanto, essa matéria passou a fazer parte da ordem do dia de todos os governos. Chegou a hora de termos uma política nacional robusta, moderna, que atenda às expectativas da sociedade brasileira. O que queremos, até porque sabemos que os eventos extremos vão continuar se repetindo — inundações, deslizamentos, alagamentos, ventanias, incêndios, terremotos — é elaborar uma política que reforce as ações de predição, de antecipação à ocorrência desses eventos, que leve a uma melhor preparação dos agentes de defesa civil em nível nacional, estadual e municipal, com o objetivo de mitigar os prejuízos materiais e, sobretudo, de evitar a perda de vidas humanas. Inclusive, ainda estamos impactados pelos eventos que ocorreram na região serrana do Rio de Janeiro, onde o número de óbitos alcançou a marca de mil. É disso que temos que cuidar.

É evidente que para minimizarmos e reduzirmos os efeitos desastrosos da ocorrência de eventos extremos é preciso cuidarmos de intensificar os investimentos em ação de prevenção.

Por isso, Sra. Presidenta, é com muita satisfação que nós passaremos agora a apresentar a nossa palestra sobre como encontramos a Secretaria Nacional de Defesa Civil e as ações que estamos desenvolvendo para promover a virada do jogo a que me referi no início, no sentido de nós termos cada vez mais ações de prevenção e reduzirmos os investimentos em ações de recuperação e reconstrução.



(Segue-se exibição de imagens.)

Na realidade, a primeira lâmina mostra o diagnóstico que nós realizamos quando do início da gestão. O que encontramos na Defesa Civil foi um certo distanciamento dos agentes, atores e dirigentes da Secretaria Nacional de Defesa Civil e dos agentes e atores do sistema de defesa civil dos Estados e Municípios, além de falta de prestígio e reconhecimento da instituição Defesa Civil no âmbito das estruturas governamentais estaduais e municipais. Não há ainda percepção da importância de se incorporar a cultura de proteção civil à estrutura administrativa das máquinas públicas. Este, portanto, é o primeiro diagnóstico: não percepção da importância da ação de defesa civil; desprestígio das ações de defesa civil no âmbito das estruturas administrativas estaduais e municipais e distância no relacionamento entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil e os Estados e Municípios brasileiros.

Outra constatação que nós podemos ver agora na segunda lâmina é a diferença, de que nós falávamos, entre investimentos em reconstrução ou recuperação e investimentos em prevenção. Trouxemos uma série histórica, de 2004 a 2010. Os senhores percebam que os investimentos em prevenção estão apontados em azul, e os investimentos em recuperação ou em resposta aos desastres, em vermelho. Percebemos certo incremento dos investimentos em prevenção a partir de 2007, em 2008 e 2009, e depois queda desses investimentos em 2010. Ao mesmo tempo se observa crescimento excepcional dos investimentos em reconstrução. É disto que nós estamos falando: virar esse jogo para investir mais em prevenção. Esses são os números — é importante chamar a atenção para eles — dos investimentos do Ministério da Integração.

Isso não quer dizer que as ações de prevenção se esgotem no Ministério da Integração. Não. Até por uma decisão tomada entre 2009 e 2010, as ações de prevenção hoje estão mais centralizadas no Ministério das Cidades. As ações relativas a proteção de morros e encostas e as ações de macrodrenagem estão hoje sendo realizadas pelo Ministério das Cidades.

Depois da nossa chegada, nós pactuamos com o Ministério das Cidades e definimos que as ações relativas a construção de barragens com fins de contenção de cheias ficarão sob a responsabilidade do Ministério da Integração, e as ações



relativas a erosão marítima, avanço de mar sobre a nossa costa também ficarão sob a responsabilidade do Ministério da Integração.

Então eu peço atenção na leitura do primeiro quadro da segunda lâmina para mostrar que as ações de prevenção não podem ser lidas de forma isolada. De qualquer forma, é importante apontar que é preciso ampliar e intensificar os investimentos em prevenção a partir do Ministério da Integração. É para essa realidade que nós queremos chamar a atenção dos senhores.

O segundo quadro, no lado direito, mostra claramente que o Ministério da Integração trabalha com recursos extraordinários provenientes de medidas provisórias. Nós não temos a cultura do planejamento, mas estamos fazendo, internamente no Governo, um trabalho no sentido de termos já um planejamento para as ações, sobretudo de prevenção, mas também para as de reconstrução.

Existe um debate em que alguns técnicos da área de planejamento entendem que não dá para prever na Lei Orçamentária Anual, na LOA, aquilo que ainda vai ocorrer, daí o fato de os recursos serem provenientes de medidas provisórias. Por outro lado, dá para prever as ações de prevenção que precisam ser realizadas. Mas os senhores podem observar a cultura, a tradição que o segundo quadro, de certa forma, expõe com muita força. Vejam que a dotação inicial é próxima de zero, de 2004 a 2010, e os recursos chegam ao Ministério da Integração na forma de medida provisória. Isso é para nós entendermos também como se opera o orçamento da Defesa Civil.

Na terceira lâmina, já queremos trazer à Comissão, para este trabalho de reflexão e análise para construção de um novo marco legal, como nós encontramos — e é isto que nós temos que mudar — o ponto de vista das obrigações do Ministério da Integração em relação ao pagamento de despesas relativas à Defesa Civil. Só para os Srs. Parlamentares terem ideia, de restos a pagar, entre 2007 e 2010, nós encontramos a impressionante marca de 1 bilhão, 480 milhões de reais. É evidente que nem tudo isso pode ser traduzido como recursos que estejam atrasados, porque isso significa segundas ou terceiras parcelas de cronogramas de obras que estão em curso.

Aqui quero fazer uma observação: muitos recursos são empenhados, mas a qualidade dos projetos apresentados pelos Estados e Municípios e a documentação



exigida e necessária para liberação dos recursos não são atendidas. E o Ministério da Integração fica impedido de promover as liberações.

Então esse número todo não se explica por eventual inadimplência do Governo Federal. Significa que temos dificuldades no atraso do pagamento dos RAP por indisponibilidade de recursos financeiros, mas também por problemas na apresentação da documentação necessária para execução das obras previstas de reconstrução ou prevenção, como também numa parte de recursos que estão dentro do seu cronograma. Aqui então os números: nós já pagamos este ano, até o mês passado, na Defesa Civil, 784 milhões de reais. Desse montante, 735 milhões de reais foram para respostas e 49 milhões de reais, para prevenção.

É importante também somar a esses recursos aqueles que estão alocados no PAC. Aí nós trazemos os dados do Ministério da Integração e os do Ministério das Cidades. Este ano, no Ministério da Integração, já foram pagos 60 milhões de reais para obras de prevenção; no Ministério das Cidades, 140 milhões de reais. Então, nós poderíamos dizer que este ano já se pagaram, em obras de prevenção, quando somamos os recursos dos dois Ministérios, mais de 250 milhões de reais em obras de prevenção e aproximadamente 735 milhões de reais em obras de reconstrução. Assim, nós já estamos fazendo um investimento, computadas as fontes do Ministério das Cidades, para proteção de morros, reforço de encostas e macrodrenagem.

É importante que chamemos a atenção dos Srs. Parlamentares para um ponto. Há muitas unidades habitacionais, por exemplo, as 6 mil unidades que serão construídas na região serrana do Rio de Janeiro, que já estão em fase inicial de construção e não estão nesta estatística. Isso porque para elas são destinados recursos da Caixa Econômica Federal, do programa Minha Casa, Minha Vida, que, portanto, não estão aqui computados.

Então, é importante observar que nem todas as ações de prevenção se traduzem nas rubricas que nós estamos aqui informando. A ideia com a apresentação desta lâmina é mostrar que precisamos fazer a virada, e a Presidenta Dilma está decidida a fazê-la. A alocação de recursos do PAC 2 para reforço e proteção de morros e para macrodrenagem é da ordem de 10 bilhões de reais, sendo 5 bilhões de reais do Orçamento Geral da União e 5 bilhões de reais de financiamento; para contenção de encostas em áreas de risco é de 1 bilhão de reais



de, totalizando, portanto, 11 bilhões de reais alocados, até 2014, no Ministério das Cidades para ações que se caracterizam como de prevenção.

Então o que a Presidenta disse sobre investir pesadamente em ações de prevenção não ficou apenas no discurso. Ela traduziu essa nova orientação para a proteção civil, ampliando de forma substancial os recursos do PAC 2 para essas ações, repito, de drenagem, controle de enchente e inundações recorrentes e contenção de encostas em áreas de risco. Esses são, digamos assim, os grandes números dos desembolsos já realizados este ano.

O que nós estamos desenvolvendo? O Coronel Humberto Viana já teve a oportunidade e a honra de participar de um debate aqui, logo, eu certamente trarei algumas informações em relação às quais o debate na Comissão já avançou. Mas é importante sublinhar que nós rapidamente buscamos a aproximação, ou seja, a ideia era reaproximar a Defesa Civil nacional dos sistemas de defesa civil dos Estados e Municípios brasileiros.

Eu acho que o número que trazemos aqui do cadastramento das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil traduz essa nossa decisão de buscar a reaproximação. Em janeiro nós só tínhamos registrados na Secretaria Nacional de Defesa Civil 483 Municípios que tinham agentes de defesa civil cadastrados, ou tinham a sua comissão, ou tinham a sua secretaria, ou tinham a sua diretoria, ou tinham algum tipo de estrutura administrativa com a responsabilidade de conduzir as ações de defesa civil. Até agosto deste ano, já serão 2.253 Municípios. Então o trabalho de estimular a prevenção, de mostrar a importância de se ter uma cultura de prevenção, de se institucionalizarem as ações de defesa civil na estrutura administrativa dos Municípios brasileiros tem sido uma das nossas prioridades. Temos, portanto, buscado interagir cada vez mais com os Municípios e Estados brasileiros.

Ao lado do trabalho de aproximação, nós temos procurado articular planos de formação em gestão de risco e ações de proteção civil. Diversos cursos, encontros e palestras têm sido promovidos para capacitar e formar os quadros da Defesa Civil no âmbito municipal e no âmbito estadual. Temos preparado diversas oficinas de capacitação nas áreas de comunicação e percepção de risco em todas as 27 Capitais brasileiras.



A próxima lâmina sublinha o nosso atual orçamento. Como nós estamos operando, no ano de 2011, as ações de defesa civil? Aqui destacamos que, na Lei Orçamentária Anual, há apenas a previsão de investimentos da ordem de 135 milhões de reais. Isso foi o que veio na nossa LOA.

Ao lado, temos as dotações que foram conquistadas para as ações de defesa civil através das duas medidas provisórias que foram editadas: a MP nº 522 e a MP nº 537. Nós obtivemos 540 milhões de reais na Medida Provisória nº 522 e 440 milhões de reais na Medida Provisória nº 537, totalizando, portanto, aproximadamente 1 bilhão de reais em medidas provisórias para ações de defesa civil até o presente momento.

Destacamos também que o Ministério da Integração, pela decisão tomada em 2009, foi perdendo para o Ministério das Cidades o protagonismo nas ações de prevenção. Em razão disso, nós negociamos com a Presidenta Dilma, com a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, no sentido de que pouco a pouco pudéssemos também recuperar o protagonismo nessas ações. Assim, nas duas medidas provisórias, já tivemos alocado o valor de 170 milhões de reais para ações de prevenção.

A ideia é trabalhar para que, no próximo Orçamento a ser encaminhado para o Congresso, já tenhamos pactuada, no âmbito técnico, a divisão entre os Ministérios da Cidade, Integração e Planejamento: as ações de construção de barragens para contenção de cheias e as voltadas para erosão marítima estariam no orçamento do Ministério da Integração; as ações de macrodrenagem e as de proteção e reforço de encostas ficariam por conta do Ministério das Cidades. Com isso nós equilibraríamos as ações de prevenção no âmbito dos dois Ministérios.

Na próxima lâmina, apresentamos como temos atendido os Estados brasileiros com os recursos recebidos. Trouxemos aqui a partilha dos primeiros 540 milhões de reais da Medida Provisória nº 522, que serão destinados tanto às ações de apoio e assistência à população, que chamamos de despesas correntes, como às ações de investimento, aquelas relativas a investimento de reconstrução.

Aqui mostramos os diversos Estados que foram atendidos. Em despesas correntes: o Rio de Janeiro com 100 milhões, Santa Catarina com quase 32 milhões,



Pernambuco com 24 milhões, o Rio Grande do Sul com 22 milhões, Alagoas com 6 milhões, Mato Grosso do Sul com 5 milhões.

Nesta imagem, apresenta-se a relação dos demais Municípios. Ao lado, as ações de reconstrução: Rio de Janeiro com 80 milhões, Minas Gerais com 50 milhões, Mato Grosso do Sul com 35 milhões, Paraná com 25 milhões, São Paulo com 24 milhões.

Esta é a relação de todos os Estados.

Na realidade, temos procurado, mesmo com recursos limitados — e estabelecemos uma conversa mais franca com os Governadores e os Prefeitos... O Governo Federal, pelos limites do espaço fiscal que estamos vivenciando, não temos nem dispomos de recursos para realizar a obra completa de reconstrução. Temos a obrigação — a Presidenta Dilma tem orientado neste sentido — de ser solidários, presentes, ágeis, mas esclarecendo, em uma conversa franca, que nós não vamos resolver todo o problema. Nós vamos ser parte da solução do problema, compartilhando as responsabilidades pela reconstrução com os Governos Municipais e com os Governos Estaduais.

A próxima lâmina apresenta mecanismos de introdução de novas iniciativas que já foram aceitas pelo Governo Federal.

Eu acredito, meu caro Relator, Deputado Glauber Braga, que isto deva constar da proposta desta Comissão. Deve-se considerar a experiência que se iniciou com os eventos de inundação em Pernambuco e Alagoas e que depois se reproduziu para a situação do Rio de Janeiro: haver recursos, definidos pelo Conselho Monetário Nacional, para atender os setores produtivos que são fortemente atingidos quando há inundações, alagamentos ou enchentes, para que eles possam recuperar o seu negócio, a sua casa comercial, a sua atividade logística, a sua atividade produtiva. Isso já era comum no que dizia respeito à área rural, à área agrícola. Já havia mecanismos claros, mas não na área urbana. O dono da farmácia, o cabeleireiro, o dono da pousada, do hotel, do posto de gasolina, os pequenos negócios, as oficinas, todos ficavam completamente desassistidos. Eram atingidos fortemente com a paralisação das suas atividades, com prejuízos das suas instalações, dos seus estoques, e não havia — digamos assim — a organização ou



a programação de instrumentos financeiros, no âmbito dos bancos públicos, para socorrer as atividades produtivas.

Isso está consolidando-se, mas é importante que a proposta, que o relatório, que a iniciativa da Câmara e do Congresso possa reforçar a necessidade de termos recursos disponíveis ao longo do ano para atender, com juros diferenciados e prazos longos, a possibilidade de recuperação das atividades produtivas atingidas por esses eventos extremos.

Outra iniciativa que estamos construindo com o BNDES — está ainda em fase de formalização — é o apoio que queremos dar para estruturar as Defesas Cíveis municipais. A SEDEC definiu um *kit*, que vai de veículo a GPS e *notebook*, uma série de instrumentos que são necessários para a ação dos agentes de Defesa Cível, e para que eles possam receber um financiamento via BNDES ou Caixa Econômica Federal, nos mesmos moldes que ocorreu para o Programa de Modernização da Administração Tributária — PMAT, que atendeu a muitos Municípios brasileiros. Estamos trazendo também essa sugestão, que está para ser formalizada, para que os Municípios possam dispor de uma linha de crédito de novo, com juros subsidiados, com prazos longos, para que possam ter uma estrutura mínima para o trabalho dos agentes de Defesa Cível.

A próxima lâmina procura abordar um tema que é muito importante. Aqui a Presidenta, Deputada Perpétua Almeida, apresentou o depoimento dado pelo Tribunal de Contas da União quanto à agilidade na liberação dos recursos dos eventos que ocorreram este ano. De fato, a velocidade na liberação foi muito maior do que nos anos anteriores, mas isso foi possível por causa da inovação trazida pela lei que a Câmara aprovou em dezembro do ano passado, a Lei nº 12.340/2010, que permitiu que parte dos recursos, sobretudo os recursos para a assistência à população e para a reconstrução, pudessem ser repassados através de planos de trabalho. Isso aumentou muito a capacidade de agilizarmos a liberação dos recursos para a Defesa Cível.

Agora estamos querendo propor — neste caso, Deputado Glauber Braga, é mais uma proposta nossa — para as ações de prevenção o seguinte: em vez de liberarmos recursos sob a forma de convênio, até porque os recursos de prevenção, como mostramos, são muito limitados e são necessárias ações de prevenção com



mais velocidade, porque os eventos vão repetir-se, que modifiquemos a legislação para agilizar a liberação de recursos na área de prevenção, equiparando essas ações de prevenção com as ações do PAC, em que se celebra o instrumento de repasse através do termo de compromisso. Isso já está previsto na nossa legislação. O termo de compromisso tem menos exigência, menos burocracia do que o convênio. Isso, portanto, pode agilizar o desembolso.

Não sei se os senhores perceberam, na lâmina anterior, o que apresentei: de 170 milhões de ações de prevenção, nós só conseguimos pagar este ano pouco mais de 1,5 milhão de reais. E por que não se paga mais? Porque os Municípios e os Estados têm dificuldade de apresentar a documentação.

Essa é uma situação em que a Comissão pode aprofundar-se. Nós estaremos à disposição para que os nossos técnicos possam aprofundar esse tema, mas consideramos que esta é uma iniciativa muito oportuna, na sequência das inovações que foram introduzidas pela Lei nº 12.340/2010.

A grande iniciativa — e nós agora estamos próximos de formalizar e iniciar um novo momento na Defesa Civil — foi a introdução do cartão de pagamento da Defesa Civil. Essa foi a grande novidade. Quero aqui reconhecer o trabalho dos nossos técnicos da Secretaria Nacional de Defesa Civil e a colaboração decisiva da Controladoria-Geral da União. Foi um trabalho conjunto, que nos permitiu definir um instrumento que vai dar agilidade, mas também vai assegurar transparência na utilização dos recursos da Defesa Civil.

Com esses recursos de assistência à população, para comprar remédios, mantimentos, despesas com abrigo, combustível, aquelas primeiras despesas que mais rapidamente têm que ser feitas, estamos permitindo que essas despesas possam ser feitas com o cartão. Vamos apenas definir o limite para o saque com o cartão, para o pagamento com o cartão. Assim, a velocidade vai ser ampliada, mas também teremos maior controle, para que possamos evitar os episódios que estamos agora enfrentando com alguns Municípios brasileiros.

O cartão da Defesa Civil vai começar a ser utilizado agora, a partir do dia 31 de agosto. No dia 18, nós já estamos publicando a portaria que regulamenta a utilização do cartão. No dia 31 deste mês, faremos o lançamento do piloto da implantação do cartão. Vamos testar esse piloto em cinco Estados brasileiros:



Alagoas, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses cinco Estados farão parte desse piloto. Em cada Estado, nós vamos atingir alguns Municípios, perfazendo um total de 25 Municípios, cinco Municípios de cada Estado.

Com o apoio do Banco do Brasil, da CGU e da nossa Secretaria Nacional de Defesa Civil, vamos testar e validar todos os procedimentos ao longo desses próximos três meses. A ideia é que, a partir de novembro ou dezembro, portanto, universalizemos o atendimento das ações de apoio e de assistência à população, para que todas essas ações sejam atendidas através do cartão.

Para que os senhores tenham uma ideia, essas despesas correspondem a quase 1/3, entre 1/3 e 40%, das despesas da Defesa Civil. Com a introdução do cartão, estaremos dando um passo — digamos assim — muito importante do ponto de vista do controle da boa aplicação dos recursos da Defesa Civil.

Todos que acompanham sabem da eficiência que se obteve nos pagamentos de diárias, viagens e pequenas despesas de pronto pagamento quando a Administração Federal iniciou o uso do cartão para esse tipo de despesa. Além disso, há o controle público feito através do *Portal da Transparência*. À medida que o cartão é usado, a despesa é acessada no *Portal da Transparência* da CGU. Portanto, a fiscalização ocorre *on-line*. Desse modo, nós teremos maior pressão de fiscalização para que possamos garantir a boa aplicação dos recursos da Defesa Civil nacional.

Pulando essa parte do cartão, nós também estamos procurando resgatar um debate que ocorreu antes da nossa gestão. Foi uma iniciativa importante, ocorrida durante o Governo do Presidente Lula, durante a gestão do Ministro Geddel Vieira Lima. Refiro-me à realização da 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil.

O evento, que se realizou em Brasília, em março de 2010, foi um marco da Defesa Civil nacional. Mais de 35 mil participantes vieram de diversos Estados brasileiros. Na conferência, produziram-se 104 diretrizes e sugestões para uma nova Política Nacional de Defesa Civil. Estamos resgatando esse trabalho e esse esforço. Já estamos organizando a 2ª Conferência Nacional de Defesa Civil, que acontecerá em outubro de 2012, no próximo ano.

Este ano, vamos realizar o 8º Fórum Nacional de Defesa Civil, em setembro, em Maceió. Vamos reunir todos os sistemas estaduais e municipais, procurando



realizar aquilo que entendemos prioritário e fundamental: essa integração e aproximação entre a estrutura nacional e as estruturas estaduais e municipais da Defesa Civil.

Quando ocorreu o evento na região serrana, resgatamos também o trabalho do Conselho Nacional...

(Pausa.)

Peço um instante, pois preciso atender a uma ligação da Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Pois não, Ministro.

Enquanto isso, vamos apresentar o calendário da Comissão aos Parlamentares.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - Sra. Presidenta, estou acompanhando a Marcha das Margaridas. Seria muito importante que tivéssemos acesso a esse trabalho que o Ministério está apresentando, se possível, para acompanharmos inclusive o desenvolvimento dos congressos por meio dos quais o Ministério está fazendo a integração.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Correto, vamos passar a apresentação do Ministro para o *e-mail* dos Parlamentares — V.Exas. cobrem isso das assessorias —, bem como o calendário de ações, que já chegou à Comissão. Vamos repassá-los para os Gabinetes de cada Parlamentar. E já estamos com data marcada para a realização do primeiro seminário da Câmara Federal sobre proteção civil no Brasil. Vamos repassar também essas informações.

Hoje, ao final da apresentação, vamos aprovar o requerimento desta Comissão para a realização do primeiro simulado na Câmara Federal, para prepararmos os servidores e Parlamentares desta instituição para o enfrentamento de determinadas situações.

Ministro, V.Exa. tem a palavra.

O SR. MINISTRO FERNANDO BEZERRA - Resgatamos também o trabalho do Conselho Nacional de Defesa Civil. Já realizamos duas reuniões do Conselho. Queremos realizar no mínimo três reuniões do Conselho Nacional de Defesa Civil, com a presença da sociedade civil, para que possamos interagir mais e buscar sempre melhores práticas e melhores iniciativas para a nossa Política Nacional de Defesa Civil.



Naquele momento da tragédia do Rio, constituímos uma comissão de notáveis, formada pela Fundação Roberto Marinho, pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, pela Universidade do Rio de Janeiro, pelos movimentos sociais daquele Estado, pelo CONFEA, pela Cáritas Brasileira. Diversas instituições contribuíram para a formação desse grupo de notáveis. Fizeram um excelente trabalho. Trouxemos para a apreciação da Comissão sugestões de aperfeiçoamento para nossa Política Nacional de Defesa Civil.

Outra iniciativa que reputamos muito importante foi buscarmos referências internacionais para as políticas na área da Defesa Civil. Com o apoio da Presidenta Dilma, realizamos o 1º Seminário Internacional sobre Políticas Públicas de Defesa Civil. Tivemos o apoio do Banco Mundial. E tivemos esse evento, ocorrido em Brasília, em abril, com a presença de representantes do México, da Itália, da Noruega, da Colômbia, da Alemanha e da Holanda. Esta semana iremos à Austrália. Vamos conhecer a experiência daquele país em termos de proteção civil. A Austrália é uma referência no controle de inundações, enchentes, secas. Vamos, portanto, conhecer a realidade, as iniciativas e as propostas do Governo australiano.

Estamos considerando muito interessante incorporar a esse novo marco legal que vai surgir, com a contribuição da Câmara e do Senado. Nosso compromisso, Sra. Presidenta Deputada Perpétua, é encaminhar até o final de setembro um documento, levantando todas as sugestões e todas as iniciativas que nós consideramos importantes e relevantes serem incorporadas a um marco legal novo que se quer para a Política Nacional de Defesa Civil.

Nessas discussões para a criação desse novo marco legal, nós chamamos atenção para um ponto que nos parece absolutamente importante: a definição de responsabilidades. Tem que ficar muito claro qual é a responsabilidade de cada ente federado, da União, dos Estados e dos Municípios.

É também claro, e vamos precisar do apoio do Congresso Nacional, que as ações da Defesa Civil ensejam, ou obrigam a criação de um quadro de carreira da Defesa Civil.

Não se pode tratar ações de defesa civil como ações de governo. Ações de defesa civil são ações de Estado. Assim como o Banco Central é uma instituição do Estado, assim como a Receita Federal é uma instituição de Estado, as ações de



defesa civil têm de ser equiparadas, equivalentes às ações de Estado. Elas não podem mudar ao sabor do ocupante da Pasta do Ministério da Integração Nacional. É preciso dar essa definição, fazer esse reconhecimento da relevância e da importância das ações de defesa civil.

Nós estamos cuidando de algo muito importante, muito sério que tem de ter continuidade. Os investimentos necessários em prevenção são elevadíssimos. Eles perpassam por diversos Governos. Portanto, nós temos que hierarquizar, priorizar. Tem de haver, portanto, toda uma lógica que não pode ser comprometida com as mudanças de Governo ou com as mudanças de dirigentes do órgão responsável pela Política Nacional de Defesa Civil.

Outro ponto que nós também achamos que deve merecer uma análise por parte desta Comissão é a revisão do Fundo Especial para Calamidades Públicas — FUNCAP. Foi uma boa iniciativa da lei, a que eu já me referi, aprovada no ano passado. Mas o FUNCAP não colou. Nenhum Município, nenhum Estado se arvorou a fazer qualquer depósito no Fundo Especial para Calamidades Públicas.

Nós achamos que é preciso disciplinar melhor o FUNCAP. É uma boa ideia. Precisa ser trabalhado. Eu acho que ele deveria estar reservado exclusivamente para as ações de prevenção. Daríamos andamento às ações de assistência à população e reconstrução, com recursos da União, em parcerias com Estados e Municípios. Mas a ideia de um fundo me parece mais apropriadas para ações de prevenção, para projetos concretos que possam ser percebidos como algo fundamental, relevante e não recursos que se põem no FUNCAP para comprar medicamentos, remédios ou para reconstruir uma ponte ou uma rua ou uma avenida. O fato de ter deixado muito aberta a utilização do FUNCAP terminou não merecendo a importância que a iniciativa requer.

Então, a nossa ideia, como sugestão, é que o FUNCAP seja reformulado e redirecionando para ações de prevenção e sejam definidos critérios de partilhas que levem em consideração a realidade econômico-financeiro dos Estados da Federação. Por exemplo, no FUNCAP está estabelecido que para cada 1 real que o Estado ou o Município coloque, a União colocará 3 reais. Acho que essa proporcionalidade a União não tem como bancar para todos os Estados. O que se pode fazer é um a um para São Paulo, para o Rio de Janeiro e para os Estados mais



desenvolvidos; um para três para Estados mais pobres; e um para dois para Estados intermediários. Acho que deveria haver algum critério, que pode ser o critério do FPE, o critério de renda, mas que haja justiça, para não exigir de Estados mais pobres o mesmo nível de contrapartida para Estados mais ricos. Cria-se com isso, portanto, um mecanismo de espalhamento das ações de prevenção por todos os Estados da Federação.

Podemos aqui dizer, sobretudo para informação da Comissão, que nós já estamos adotando medidas para atender às recomendações que foram feitas pela Organização das Nações Unidas em relação à implementação de uma plataforma brasileira para redução de riscos de desastres. A conferência da ONU definiu o Marco de Ação de Hyogo, cujas cinco prioridades para sua implementação são: garantir que a redução de risco seja uma prioridades nacional e local; identificar, avaliar e vigiar os riscos e potencializar o alerta prévio — isso já está em curso. Na realidade, o Brasil está fazendo pesados investimentos para melhorar a sua capacidade de previsibilidade. Os investimentos que vão ser feitos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia no Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres — CEMADEM, um centro a ser implantado em Cachoeira Paulista que vai investir quase 200 milhões de reais nos próximos 4 anos para a compra de radares, de equipamentos de predição que possam nos dar capacidade de antecipação na ocorrência desses eventos extremos. Isso tudo tem a ver com essas prioridades definidas pelo Marco de Ação de Hyogo.

Outra prioridade é criar cultura de segurança e de prevenção. Nós precisamos introduzir isso nas escolas, na nossa sociedade, na institucionalidade da Defesa Civil em âmbito estadual e estadual; reduzir os fatores de risco — ou seja, ampliar esses investimentos em prevenção. Como aqui já anunciamos, o PAC 2 e os investimentos que estão chegando ao Ministério da Integração através das medidas provisórias. Finalmente, outra prioridade é fortalecer a preparação para ocorrência em desastre. Há aí uma série de ações a serem feitas.

Podemos ampliar nossa capacidade de predição em 48 horas, 72 horas, mas, o que fazer? Como fazer? Estamos procurando trabalhar com as Forças Armadas, que também estão se organizando para ter unidades próprias, de pronta resposta para quando da ocorrência desses eventos extremos. Estamos trabalhando para a



mobilização de voluntariado. É preciso mobilizar grupos de voluntários, formar as equipes em âmbito municipal, para que esse tempo que tenhamos de antecedência para a ocorrência do desastre natural seja utilizado para a minimização dos prejuízos materiais, e, como eu falei logo no início, a redução ou a eliminação da perda de vidas humanas.

Outra ação que estamos desenvolvendo, com o apoio da Universidade de Santa Catarina. Publicação do Atlas Brasileiro de Desastres. Estamos um pouco atrasados. Queríamos lançá-lo em setembro, mas o trabalho precisou ser recalibrado e a universidade nos pediu que fizesse o lançamento oficial do atlas no mês de novembro. Já temos o banco de dados. A Secretaria Nacional de Defesa Civil já recebeu o banco de dados preparado pela Universidade Federal de Santa Catarina, que tem uma série histórica dos últimos 30 anos da ocorrência de todos os eventos extremos em todo o território brasileiro. Vamos utilizar esse instrumento para identificar os Municípios com maior ocorrência de desastre. Poderemos, portanto, catalogar e hierarquizar os principais Municípios.

A ideia da Secretaria Nacional de Defesa Civil é ter um mapeamento, lá para novembro, de pelo menos 200 ou 250 Municípios que devem merecer maior atenção em função de serem recorrentes nos desastres. Vamos estimular esses Municípios a conhecer melhor a sua realidade física, os mapas geológicos e morfológicos, para que daí possam sair os estudos, os projetos das ações de prevenção que precisarão ser realizadas para que possamos minimizar ou mitigar os efeitos desses eventos extremos.

Com a Secretaria das Mulheres, criamos um grupo de trabalho interministerial para definir protocolos na ocorrência de eventos extremos, para que haja atendimento prioritário e especial para as crianças e os adolescentes em situações de desastre. Isso foi articulado com a Secretaria das Mulheres e com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

Estamos com a proposta de criação do nosso centro nacional de gerenciamento de desastres. Após a implantação dele, do que vou falar mais adiante, a ideia é termos cinco centros regionais, termos em cada região do País centro que possa dar apoio aos sistemas de defesa civil dos Estados e Municípios.



A iniciativa do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e de Desastres, o nosso CENAD, é algo que já era sonhado e demandado pelos técnicos da Secretaria Nacional de Defesa Civil há muitos anos. Estamos agora materializando a implantação do CENAD. Os objetivos são melhorar a capacidade de antecipação e previsão dos desastres e emitir alertas. Na parte de predição, as informações virão de Cachoeira Paulista. Serão mandadas para o CENAD, e nós emitiremos os alertas para as áreas que serão afetadas. O CENAD vai gerenciar e integrar as atividades de resposta, articular com as Defesas Cíveis Estaduais e Municipais, subsidiar as autoridades locais, estaduais e federais na tomada de decisão, integrar os diversos organismos que forem atuar na resposta aos desastres, coordenar a atuação do Grupo de Apoio a Desastres — GADE.

Na realidade, quando ocorre um desastre, um evento, o sistema de defesa civil do Estado, da localidade, sempre precisará do apoio de outros sistemas. Temos, portanto, articulado o GADE, formado por técnicos especialistas de outras Defesas Cíveis Estaduais para reforçar a atuação onde o evento está ocorrendo, no sentido de reforçar as ações de defesa civil naquela localidade.

Também será atribuição do CENAD a implementação dos Gabinetes de Mobilização e Apoio a Resposta em apoio aos Estados e Municípios onde estiverem ocorrendo esses eventos.

O Centro Nacional funcionará no CENSIPAM, órgão vinculado ao Ministério da Defesa que está no Setor Policial Sul, com 600 metros quadrados de área, e disporá de uma equipe multidisciplinar composta de 60 profissionais nas áreas de geologia, hidrologia, meteorologia, incêndios florestais, emergências químicas, biológicas, radioativas e nucleares e assistência social.

A proposta é que o CENAD possa funcionar 7 dias por semana, 24 horas por dia. Estamos em fase inicial de implantação e estimamos investir cerca de 50 milhões de reais.

A primeira fase do CENAD deverá entrar em funcionamento em 30 de novembro deste ano. É o início de funcionamento da nova sede, no CENSIPAM, a primeira mobilização de recursos humanos que trabalharão na nova sede e a implantação dos primeiros sistemas de informação e de procedimentos.



A segunda fase, quando vamos estar com toda a infraestrutura completa, quando o CENAD estará pronto do ponto de vista físico, se dará em 30 de junho de 2012. Estaremos com todo o CENAD implantado e também com todo o sistema de gestão para enxurradas, deslizamentos e inundações, com os *softwares* necessários para atender a esses tipos de eventos extremos.

Na terceira fase, em dezembro de 2012, estaremos operando com a solução integrada de gestão de desastres completa. Aí, o CENAD já estará completamente integrado com os sistemas de defesa civil de todos os Estados brasileiros e aberto a se articular com os sistemas de defesa civil dos Municípios. Teremos a integração de todos os sistemas de *software* e de informação de diversas agências federais e estaduais, para que o CENAD possa de fato fazer o papel de integração a que nos referimos como um dos seus principais objetivos.

Gostaria também de destacar, Presidenta, uma iniciativa que intensificaremos este ano e que tem tido grande repercussão e forte mobilização nos Estados e Municípios. Trata-se da realização de simulados, dada a necessidade de criar essa cultura de prevenção. Realizamos em maio três simulados, um em Alagoas, outro na Bahia e outro em Pernambuco, e estamos preparando, para o final do mês de agosto, um simulado de emergência nuclear em Angra dos Reis. No dia 31, realizaremos um grande simulado em Angra, com apoio da Defesa Civil Estadual do Rio de Janeiro e da Defesa Civil Municipal de Angra, para que possamos ir cada vez mais nos articulando no sentido de realizar mais e mais simulados. Essa é uma das recomendações de todas as experiências internacionais. Precisamos nos acostumar a sempre realizar simulados em diversas regiões para tratar de eventos distintos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Ministro, não querendo atrapalhar, quero dar uma informação. Há uma equipe da Câmara e do seu Ministério já traçando as metas e a organização do simulado da Câmara. Vamos aprovar hoje, depois da audiência pública, o requerimento que garante o simulado na Casa, já conversamos com o Presidente, para que também aqui possamos despertar essa cultura.

O SR. MINISTRO FERNANDO BEZERRA - É muito importante. Essa é uma das recomendações feitas, como eu dizia, pela experiência de diversos países nessa área.



Este ano, ainda queremos realizar simulados, um na Região Sul e outro na Região Sudeste, para que possamos atender praticamente a todas as regiões brasileiras e ir criando a necessidade de isso se repetir como rotina. Que não seja algo inusitado, mas uma rotina das atividades da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Em relação ao voluntariado, firmamos acordo de cooperação técnica com a Cruz Vermelha e estamos firmando com outras instituições, como a LBV, a Save the Children, a OXFAM, a Caritas. A ideia é que possamos, cada vez mais, mobilizar o voluntariado na ocorrência desses eventos extremos.

Outra ideia que vamos apresentar, Deputado Glauber, tem a ver com o serviço militar. Talvez esse marco regulatório possa inovar. Pretendemos equiparar o serviço voluntário da defesa civil com o serviço militar, para que possamos dispor dos jovens para prestar serviços de voluntariado na ocorrência desses eventos extremos. A juventude toda está pronta, disposta, apta a ajudar nessas necessidades.

O voluntariado para ações de defesa civil é uma experiência muito exitosa na Itália e foi alvo do seminário internacional. Nas nossas propostas, vamos encaminhar esse item a esta Comissão, para ver se podemos ter um papel mais relevante por parte do voluntariado nas ações de defesa civil.

Sra. Presidenta, para encerrar os meus comentários sobre as ações da Secretaria Nacional de Defesa Civil, apresentamos, nessa última lâmina, as conquistas e os desafios que estamos enfrentando nesse primeiro ano de reorientação dessa política nacional de defesa civil.

Conseguimos padronizar os procedimentos internos no sentido de saber como tratar as diversas demandas que surgem dentro do Ministério para otimizar o trabalho das nossas equipes. Temos uma equipe muito reduzida, e a padronização dos procedimentos internos foi algo urgente. Foi um trabalho de que a equipe se desincumbiu.

Implantamos um caderno de orientação. Muitas vezes, o Prefeito ou os próprios Estados não sabem nem como demandar. Estamos concluindo esse caderno de orientação, que está sendo disponibilizado para orientar as demandas.



E também, como os recursos são escassos, limitados, estamos avançando para que possamos cada vez mais reduzir a subjetividade, a discricionariedade da decisão da área. Por que dou 100 a um e 200 a outro? Como se chega a um critério que define o valor da ajuda que vai para um Município ou para um Estado? Essa é uma preocupação. Estamos investindo em seleção de critérios para definir de forma objetiva o valor da ajuda, em que se possa fazer uma amarração com a capacidade financeira, a população atingida, a intensidade do desastre ocorrido. Que possamos ter critérios mais rígidos para diminuir, como disse, essa subjetividade.

Os desafios para o segundo semestre. Estamos avançando numa portaria para regulamentar o que chamamos de tomada de contas especial. Temos uma equipe reduzida. A sociedade cobra a boa aplicação dos recursos. Cobra agilidade, para que a população atingida possa ser rapidamente atendida, mas cobra também que os recursos sejam bem aplicados. Estamos trabalhando na regulamentação de um processo de tomada de contas especial que possa dar mais segurança, mais instrumentos de controle na aplicação dos recursos da Defesa Civil.

Já falamos sobre a padronização dos procedimentos, sobre a elaboração dos cadernos. Estamos também definindo parceria com instituições financeiras: o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, a Caixa Econômica Federal. Queremos definir isso até o final do ano, para ampliarmos a nossa capacidade de análise dos projetos, sobretudo dos projetos na área de prevenção.

Estamos querendo eliminar o convênio e evoluir para o termo de compromisso para as ações relativas a prevenção.

Outra proposta em negociação com o Ministério do Planejamento será definida quando tivermos o atlas conhecido. Vamos ter então o conhecimento de quais são os Municípios de mais alto risco no Brasil.

Percebemos que existem poucos projetos de intervenção para ações de prevenção. O que estamos querendo criar é uma ação que possa desenvolver a carteira de projetos. Se não temos dinheiro para fazer todas as obras, vamos fazer projetos, porque, mais dia, menos dia, teremos acesso aos recursos e já teremos os projetos prontos. Não vamos esperar ter o dinheiro para só aí fazer os projetos. A ideia é que tenhamos uma linha de ação, na Secretaria Nacional de Defesa Civil, para contratação de projetos considerados prioritários, urgentes, para as cidades de



mais alto risco. Tendo o projeto pronto, poderemos ajudar os Estados e Municípios a identificarem os recursos para realização dessas ações.

Sra. Presidenta, queria agradecer a oportunidade. Coloco-me à disposição dos Srs. Parlamentares para responder às indagações, às dúvidas, e acolher as sugestões e reafirmo o nosso compromisso de, até o final de setembro, encaminhar a esta Comissão uma proposta de sugestões que está sendo trabalhada por todo um grupo de técnicos e especialistas da Defesa Civil. Dessa forma, daremos a nossa contribuição na elaboração desse novo marco regulatório da defesa civil nacional, que também é do mais absoluto interesse da Presidenta Dilma Rousseff.

A propósito, parei a minha intervenção porque a Presidenta Dilma estava querendo falar comigo sobre uma ação de prevenção em caráter de urgência no Estado da Paraíba, o sistema de Nova Camará, que vai atender toda a região do brejo paraibano. É uma ação de oferta de água bruta que já está no PAC. Estava prevista ser iniciada em janeiro, assim como estão previstas muitas das obras do PAC 2. Porém, choveu muito no brejo paraibano, e os sistemas de abastecimento de água de diversas cidades, inclusive Camará, ficaram comprometidos. A sugestão para que a obra possa começar esse ano é a abertura de um crédito extraordinário pela Defesa Civil, para que possamos atender aquela comunidade.

A definição desse novo marco regulatório é também uma prioridade da Presidenta Dilma, faz parte das suas diretrizes para o trabalho do Ministério da Integração, e nós vamos oferecer a esta Comissão e ao seu Relator as nossas contribuições e as nossas indicações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Ministro. Os Parlamentares estão pedindo que mostre o cartão da Defesa Civil. Esse cartão, só para esclarecer, vai para os Estados e os Municípios?

O SR. MINISTRO FERNANDO BEZERRA - É para os Estados e os Municípios, para cobrir ações que chamamos de assistência à população.

No dia 31, no lançamento do cartão, vamos fazer uma videoconferência com os cinco Estados e os 25 Municípios, na qual faremos todos os esclarecimentos e detalhamentos. Estamos mandando a portaria de regulamentação que estamos assinando hoje para todos os Municípios brasileiros. Esse é o piloto. Ele será



testado nos próximos 3, 4 meses e até novembro, acreditamos, será validado. Há um banco de dados do Banco do Brasil, há trocas de informação, há que repassar a informação *on line* para o Portal da Transparência. Há também uma série de ações relativas à segurança da informação e aos *softwares* do Ministério da Integração, da CGU e do Banco do Brasil, que têm de se comunicar. E nós temos que validar isso.

Então, acreditamos que todos os aperfeiçoamentos e ajustes serão feitos até novembro. E a partir de novembro, portanto, universalizamos esse sistema.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Temos algumas perguntas e uma ordem de inscrição.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - Presidenta, uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Vou conceder-lhe a palavra para a questão de ordem.

Queria agradecer ao nosso Ministro e lembrar aos colegas Parlamentares que S.Exa. tem menos de uma hora na Casa, precisa retirar-se porque tem outra agenda.

Vou passar a palavra, para uma questão de ordem, à Deputada Luci e depois ao nosso Relator, que vai fazer comentários rápidos. Depois, concederei a palavra, por 3 minutos, a todos os inscritos, para que possamos garantir que, nesse espaço de tempo, cada um faça a sua pergunta, a sua sugestão, e depois o Ministro possa fazer as suas considerações finais.

Para uma questão de ordem, Deputada Luci.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - Eu estou inscrita, mas tenho uma atividade com as mulheres e vou ter de sair urgentemente. Não poderia sair daqui sem saudar o Ministro...

O SR. MINISTRO FERNANDO BEZERRA - Obrigado.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - ...e falar da alegria de tê-lo nesta Comissão, do trabalho que está fazendo e da sua maravilhosa equipe. Aliás, Santa Catarina está contribuindo para esse projeto extraordinariamente. Eu fico muito feliz. Olhem ali, estamos com essa contribuição maravilhosa. Fiquei muito feliz porque o processo de mudança e de transparência vai nos colocando em maior segurança. Muitas vezes, ficamos preocupados em como sai o recurso e quem vai comer, se é quem está precisando ou alguém que não precisa, lá na frente.



Então, eu queria dar parabéns ao Ministro e dizer da nossa preocupação. Eu sei que facilita a relação entre os Estados, mas em muitos Estados temos problemas depois na relação com os Municípios. Essa é uma preocupação que estou levantando porque passamos isso em Santa Catarina. Não são tão republicanas algumas decisões, como é republicana a nossa decisão.

Enfim, quero saudar o Ministro e dizer: conte conosco, estamos muito felizes pela Presidente Dilma tê-lo escolhido para o Ministério. Foi uma escolha maravilhosa, que vai dar muita alegria ao País e muita contribuição para o Governo e o povo brasileiro.

Parabéns, Ministro.

O SR. MINISTRO FERNANDO BEZERRA - Muito obrigado, Deputada, pelas palavras. De fato, a nossa equipe está reforçada com os catarinenses, os nossos (*ininteligível*).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Com a palavra o nosso Relator.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Ministro, bem objetivamente, eu queria tomar a liberdade de fazer uma retrospectiva daquilo que o senhor colocou como sugestão, para saber se a Comissão conseguiu captar de forma correta.

Primeiro, uma regulamentação para que possamos facilitar o recebimento dos recursos pelos Municípios e Estados para recuperação das atividades produtivas em situação de emergência e calamidade pública; um financiamento próprio do BNDES para equipar a Defesa Civil dos Estados e Municípios; recursos em prevenção, repassados através do termo de compromisso, que é menos burocrático que o convênio; que a legislação possa trazer a divisão de responsabilidades; a criação da carreira de Defesa Civil; a revisão do FUNCAP e o redirecionamento para ações de prevenção. Que a legislação possa também trazer atendimento a crianças e adolescentes em situação de desastre e o serviço voluntário da Defesa Civil equiparado ao serviço militar obrigatório. Que possamos colher informações também das 104 diretrizes da 1ª Conferência, do trabalho realizado pelo grupo de notáveis, das atas do Conselho Nacional de Defesa Civil e das outras sugestões que vão chegar a esta Casa até setembro.



Para terminar, Ministro, quero fazer um pedido a V.Exa. Esta Comissão tinha uma tarefa para o primeiro semestre deste ano, mas tivemos a notícia de que o Ministério da Integração estava trabalhando no mesmo sentido, ou seja, na revisão e avaliação dos manuais de procedimento dos Municípios e Estados em situação de emergência ou calamidade pública. Já temos o conhecimento, através do nosso Secretário Nacional, de que o Ministério da Integração está trabalhando na modernização do manual de procedimentos.

O pedido que eu faço a V.Exa. é no sentido de que, uma vez pronto o material, esta Comissão tenha acesso a ele inclusive para ajudar na divulgação e distribuição nos Municípios e Estados brasileiros que temos percorrido em razão do trabalho na Comissão.

Obrigado, Sr. Ministro, obrigado Sr. Secretário Nacional, obrigado todos os representantes do Ministério da Integração aqui presentes.

O SR. MINISTRO FERNANDO BEZERRA - Deputado Glauber Braga, acho que V.Exa. registrou as sugestões mais importantes que apresentamos nas nossas colocações nesta Comissão. De qualquer forma, reitero a nossa disposição de encaminhar formalmente todas as contribuições que julgamos relevantes serem incorporadas a um novo marco legal. Faremos esse encaminhamento formal até o final de setembro.

Quanto aos cadernos de procedimentos, de fato eles estão bem avançados. Assim que estiverem concluídos, finalizados, será um prazer para nossa equipe disponibilizá-los para a Comissão. Que a Comissão ajude no sentido da sua divulgação e da mobilização dos Municípios e dos Estados em relação às orientações que serão oferecidas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Vamos dar 3 minutos para os Parlamentares inscritos. Tem a palavra o Deputado José Airton.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Primeiro, bom dia a todos os presentes. Particularmente, quero saudar e cumprimentar o nosso Ministro Fernando Bezerra e agradecer a sua vinda à Comissão. Quero abraçar a nossa Presidente, Perpétua Almeida, o nosso Relator, Glauber Braga, e também o nosso Secretário Nacional de Defesa Civil, Humberto Viana.



Vou ser breve. Menciono o importante trabalho que esta Comissão vem desenvolvendo ao dar sua contribuição para a formatação de uma proposta que ajude não só a estabelecer um marco regulatório e uma política, mas, sobretudo, a criar uma cultura voltada para ações de prevenção em especial em relação às calamidades climáticas que ocorrem no País. Acho que essa será a grande contribuição que esta Comissão vai dar.

Pela exposição que V.Exa. fez, entendo que o Ministério está se adiantando e tomando medidas nesse rumo. Creio que temos essa importante junção, do Ministério e da Comissão. Juntos podemos contribuir para evitar, prevenir e educar, assim minimizando os problemas relativos às catástrofes climáticas que ocorrem no Brasil.

Acho que o Ministério dá um passo importante no sentido da simplificação dos procedimentos. Essa é uma das questões, a meu ver, mais dramáticas. Inclusive estivemos lá com V.Exa. para tratar de um caso da minha cidade, e conseguimos liberar uma parte dos recursos, que foram empenhados. Infelizmente os técnicos deram parecer contrário, pois não conheciam a realidade. Até hoje nós não iniciamos a obra porque há problema com o IBAMA, que exige — esta é outra parte importante — o EIA/RIMA. E o Serviço de Patrimônio da União também não consegue liberar a obra, lá no nosso caso, no que diz respeito à questão da erosão marinha, porque tem que ter o EIA/RIMA e também o aval da Marinha. Enfim, é uma burocracia tão infernal que acaba criando um desânimo muito grande e prejudicando, de forma extremamente grave, as comunidades que foram, são e serão afetadas por esses problemas.

Há o caso específico — até coloquei aí o jornal para V.Exa. dar uma lida — do Ceará, que vem passando por um processo muito grave do ponto de vista da erosão marinha. São 573 quilômetros de litoral. Nós temos uma previsão do problema, em função do estudo feito pela Universidade Federal do Ceará, através do LABOMAR, Instituto de Ciências do Mar. Há um avanço muito acentuado das marés, que está provocando enorme destruição das nossas praias. A minha cidade está praticamente correndo o risco de ser destruída. A coisa mais bela que nós temos são as nossas praias. As comunidades de lá estão em estado de calamidade, num alvoroço muito grande, porque, a cada ano, isso está acontecendo de forma



mais acentuada. Precisamos tomar medidas preventivas, no sentido de evitar que haja um processo tão acentuado de destruição das praias, afinal, elas são o que de mais belo e importante nós temos no nosso Estado.

Para concluir, tendo em vista o nosso tempo, acho que a contribuição que o Ministério dá no sentido de que possamos também elaborar um cadastro dos projetos é algo muito importante, porque muito Municípios não têm condições de elaborá-los, e eles são fundamentais. Acho que essa é mais uma contribuição importante que o Ministério de V.Exa. pode dar no sentido de evitar e prevenir as catástrofes tão recorrentes que nós temos no nosso País.

Um abraço. Parabéns a todos. Contem conosco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado. Vamos fazer o seguinte...

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON - Sr. Ministro, só para concluir, eu tenho aqui uma demanda também: eu recebi uma cobrança sobre a regulamentação do Decreto nº 7.373, de 2010, que trata da implantação do Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte, que envolve o Ceará e o Piauí na nossa Região. Eu queria depois passá-la a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - O.k.

Vamos combinar o seguinte: como há três inscritos aqui — os outros tiveram que sair —, nós vamos garantir-lhes a palavra e, depois, o nosso Ministro se posiciona.

Com a palavra o Deputado José Stédile. Depois falarão os Deputados Ribamar Alves e Décio Lima.

O SR. DEPUTADO JOSÉ STÉDILE - Sra. Presidente, Deputada Perpétua Almeida, parabéns pela condução. Deputado Glauber Braga, nosso colega de partido, queria também fazer coro à nossa Deputada de Santa Catarina e dizer que somos sempre bem recebidos no Ministério. Parabéns, Ministro, pela equipe. Tanto o Humberto quanto o Navarro e o Albuquerque, toda a equipe tem tido atenção especial em a todas as situações que envolvem o Ministério.

Nada há que indigne mais a população brasileira do que saber de recursos desviados das pessoas que mais precisam. Por outro lado, também tenho observado que, em várias situações, em vários Municípios brasileiros, muitas



peessoas não querem sair do local próximo da calamidade. No meu Município, há só uma área que alaga quando chove, e a população não quer sair de lá, mesmo sendo ofertado um local de melhor qualidade pela localização em relação a várias situações que ocorrem no Município.

Queria comentar com o Ministro a seguinte situação: a seca tem atingido todo o Estado do Rio Grande do Sul, mas há seca todos os anos, como também há chuva todos os anos. Então, se há chuva que alaga regiões todos os anos e se há seca todos os anos, não se trata mais de calamidade.

Por isso venho aqui parabenizar o Ministério pela preocupação em fazer prevenção, porque já se sabe da calamidade. Calamidade acontece quando não se espera. Agora, já sabemos que a seca acontece no verão, que a chuva acontece no inverno, que as pessoas vão ficar desabrigadas, sabemos dos locais, sabemos de tudo. Então, é fundamental essa preocupação do Ministério. Mas me preocupa, Sr. Ministro, o pouco recurso de que o Ministério dispõe para enfrentar o problema. Nós precisamos de um grande movimento no Congresso Nacional para que lhe sejam destinados mais recursos. Até sugiro a fonte de onde se tirar: o Ministério das Cidades, que tem muitos recursos, e que se reponha, porque boa parte dos investimentos, inclusive para prevenção... Por exemplo: se há uma comunidade ao lado de um rio em que todos os anos acontece uma enchente, tem de ser feito um novo loteamento, mais adequado. Normalmente as pessoas terão que procurar esse loteamento no Ministério das Cidades, porque o Ministério da Integração não tem recursos. Mas o Ministério da Integração é que deveria encaminhar esse projeto, e não o Ministério das Cidades. Com relação à seca, investimento em poços artesianos e em açudes é com o Ministério da Integração. As pessoas procuram o Ministério das Cidades, porque o Ministério da Integração tem poucos recursos.

Aqui fica a minha sugestão, mais uma vez parabenizando toda a equipe que articulou a audiência e também o Ministério.

Quero também manifestar uma preocupação. Muitas pessoas me dizem que até sair o decreto municipal, o procedimento é muito demorado. Há que se pensar em uma forma mais ágil de se aprovar, ou não, o decreto que a Prefeitura baixa no Município. Fica-se aguardando para saber se se aprovou ou não o decreto. Ontem mesmo um Prefeito dizia: *“Houve um vendaval na cidade; não sei se faço o*



telhamento da Secretaria de Obras ou se espero algum recurso do Ministério.” Isso aconteceu há 15 dias, e não se sabe se o decreto será ou não aprovado.

Mais uma vez parabenizo a todos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Deputado.

Com a palavra o Deputado Ribamar Alves.

O SR. DEPUTADO RIBAMAR ALVES – Bom dia a todos.

Quero parabenizar a Deputada Perpétua Almeida; o nosso Relator, Glauber Braga; o Coronel Humberto, Secretário de Defesa Civil, e o nosso querido Ministro, que, pela forma como fez a explanação, está no ritmo do nosso Governador, Eduardo Campos. É uma simbiose. Gostei. Está em ritmo de Governador, o Governador está em ritmo de Presidente da República. O PSB está bem, graças a Deus. Estamos no caminho certo.

Mas, Sr. Ministro, fico preocupado. A sua gestão está indo muito bem. Nós a estamos acompanhando. Graças a Deus, a equipe está boa. V.Exa. pegou um Ministério meio capenga, o está organizando, como fizemos no da Ciência e Tecnologia, só espero que não destrua o que foi feito. Mas fica uma preocupação.

Vi recentemente que o Japão já deu por encerrada a reconstrução. Não sei se é verdade ou não, mas está na imprensa. Quanto aos desastres ocorridos recentemente no Rio de Janeiro, parece que até agora não se levantou nenhuma casa. Ou seja, no Brasil as coisas não acontecem. Baixam-se decreto e medida provisória, há muito dinheiro, muito recurso, mas a ideia não sai do papel e, quando sai, há dificuldade de chegar até a ponta. Essa é uma dificuldade enorme. Tenho visto isso acontecer em vários recantos do País, inclusive no meu Estado, o Maranhão.

Outra coisa importante, um problema sério que temos no Maranhão, sobre o qual eu gostaria de fazer um questionamento. Os nossos desastres, na linha do que disse o Deputado Stédile, não são mais catástrofes, tem que haver prevenção mesmo. São as enchentes, que acontecem por problemas nos rios, e os problemas nos rios ocorrem por causa do assoreamento, e o assoreamento é causado pela mão do homem. E, às vezes, também existem problemas que podem ser resolvidos.

Dentro do Ministério da Integração, no curto período de vigência da sua administração, existe já algum trabalho sendo feito e dirigido para tratar os rios no



caso do Maranhão? Algum trabalho feito para tratamento preventivo dos rios, para evitar os desastres, como, claro, no Rio de Janeiro, já há uma equipe tratando da questão de desastres?

Em relação a recursos do Governo Federal, o Ministério da Integração já os tem cobrado, ou já existe maior agilidade para que sejam liberados o mais rapidamente possível? Ou ainda está na mesma morosidade? Falo da Defesa Civil, não de recursos da programação do Ministério nem de emendas parlamentares. Refiro-me à Defesa Civil, a casos de desastre, que é o que mais afeta diretamente a vida humana, a qualidade de vida.

De resto, quero parabenizar V.Exa. e dizer que está no caminho certo. Conte conosco aqui, não só como partidário, como companheiro, mas principalmente como cidadão, que está vendo que as coisas estão acontecendo. Parabenizo toda a sua equipe, que é maravilhosa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado.

Com a palavra o nosso colega Deputado Décio Lima.

O SR. DEPUTADO DÉCIO LIMA - Obrigado, Sra. Presidenta, Deputada Perpétua Almeida. Quero cumprimentar o nosso querido colega, Deputado Glauber Braga; S.Exa. o Ministro Fernando Bezerra, que nos honra com sua presença aqui na Comissão; o Coronel Humberto Viana, nosso Secretário de Defesa Civil.

Permita-me, Ministro, também aqui, com muito orgulho, fazer deferência ao meu amigo de longa data, meu irmão, o companheiro Gelson Albuquerque, seu Chefe de Gabinete, cuja presença em seu Ministério orgulha Santa Catarina.

A parte do seu Ministério que me toca é justamente a da Defesa Civil. Confesso a V.Exa. que fui compelido, desde o início da minha vida pública, a lidar com o Ministério da Integração, na parte pertinente à Defesa Civil, uma vez que sou de Blumenau. Fui Prefeito daquele Município por oito anos. Lá temos convivência com as adversidades da natureza, que se repetem desde que temos notícia da fundação da cidade, pelos idos de 1850, quando a colonização alemã chegou ao Brasil e povoou aquelas terras.

Quero aqui, Sr. Ministro, neste momento, oferecer meu testemunho a V.Exa. e a sua equipe. O testemunho de quem convive, há muito tempo, com a Defesa



Civil, que na verdade lida, em seu Ministério, com o inesperado, com o desespero, muitas vezes com a tragédia humana. Temos na memória, com muita tristeza, Deputado Glauber Braga, acontecimentos lá do Rio de Janeiro e, mais recentemente, fatos muito graves ocorridos no nosso Estado, as últimas intempéries no Vale do Rio Itajaí-Açu, o flagelo a que foi submetida a nossa população nos episódios de 2008, por volta do mês de novembro, mais precisamente no dia 23 de novembro.

Quero trazer o testemunho a V.Exa. e deixar aqui o nosso reconhecimento pela excelência do atendimento, não obstante serem os recursos parcos em relação ao tamanho da adversidade. Na área da Defesa Civil nacional, sob sua tutela, sem demérito de seus antecessores ou de quem quer que seja, houve um salto de qualidade significativo pelo espírito e a forma como tem sido tratado e encaminhado o problema. Embora às vezes, sem recursos, Coronel Humberto, vê-se a sensibilidade necessária no momento em que muitas pessoas são vitimadas em nosso País.

Quero aqui deixar meu aplauso, o que já fiz da tribuna da Câmara, citando o nome de V.Exa., a sua equipe e, em particular, o meu amigo catarinense pela boa nova, que é o cartão da Defesa Civil. Quem já esteve, por diversas vezes, no *front* na vida pública recepciona essa inovação extraordinária que V.Exa. traz ao Brasil. Sem dúvida nenhuma, em caso de flagelo, que nós não queremos mais, mas que porventura venham a acontecer, nós teremos outra condição de melhorar o atendimento às populações submetidas a essa condição.

Portanto, a minha expressão aqui é apenas para registrar esse momento singular que V.Exa. dá ao Brasil na condução do Ministério da Integração nessa parte da Defesa Civil, que é orgulho para todos nós, que sofremos e vimos de perto as lágrimas dos nossos irmãos que às vezes são flagelados por essas adversidades a que a natureza tem nos compelido.

Parabéns, Ministro; parabéns, Presidenta Perpétua, por dar oportunidade a este momento na Casa do povo, nesta Comissão, que é liderada por V.Exa. e pelo nosso querido Relator, que tem feito um diagnóstico e um trabalho exaustivo em todo o Brasil que, tenho certeza, vai contribuir com as políticas públicas, sobretudo



para nós enfrentarmos os problemas que ainda precisamos enfrentar no âmbito da Administração Pública.

Era isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Décio.

Eu queria, Ministro, reafirmar o seguinte. Na semana passada, nós tivemos aqui um Prefeito de um dos Municípios de Alagoas. Ele fez o relato do último drama vivido pelas chuvas e chorava, inclusive, quando se colocava, de certa forma, impotente; sentia-se assim por não estar conseguindo salvar vidas no Município dele. Na nossa ida à Santa Catarina foi muito emocionante o depoimento de um dos Prefeitos, que também chorou e disse que teve que pedir um caminhão frigorífico para poder transportar os corpos das pessoas do seu Município. Em uma das nossas outras oitivas, um bombeiro chorou, colocando para nós que a alegria deles era socorrer as pessoas. Eles não conseguiam ter tranquilidade em carregar mortos.

Então, quando a gente passa a acompanhar os dramas vividos em várias cidades brasileiras, a gente percebe que, quanto à maioria dos acontecimentos no resto do mundo, em se tratando de desastres ambientais, o Brasil está vivendo quase todos. Isso faz com que a gente — o Congresso Nacional, o Executivo e a sociedade — precise mesmo imprimir a cultura da prevenção, que não é normal no nosso País.

Acho que cai a ficha do Congresso Nacional quando instala uma Comissão como esta para fazer um debate sobre a defesa civil no País, as condições de proteção civil.

Acho que o Ministro e o Ministério, com a sua equipe, estão de parabéns. Neste momento, nós temos alguns Ministros na Casa sendo questionados até por ações de Ministérios, que precisam, inclusive, ser fiscalizados. Nós temos hoje aqui o Ministro Fernando Bezerra sendo elogiado pela maioria dos Parlamentares pelo esforço que está sendo feito para podermos ter uma proposta nacional de chegar à frente dos desastres, inclusive com essa proposta inovadora do cartão da Defesa Civil.

Ontem, quando nós chegamos ao Tribunal de Contas da União, me animou muito ouvir do Presidente daquele Tribunal uma avaliação em que ele reconhece



que pela primeira vez no País os recursos chegaram com agilidade. Infelizmente, a ação de alguns gestores públicos que envergonham o País faz com que o dinheiro seja desviado. Acho que a gente precisa intensificar inclusive as nossas ações de fiscalização, tanto os Parlamentos municipais, estaduais e federal, quanto o próprio Ministério, e intensificar as nossas ações de transferência para que a gente possa garantir que esse esforço que está sendo feito para que os recursos cheguem seja realmente implementado.

Garanto uma coisa: qualquer proposta que esta Comissão apresentar ao Plenário da Casa será uma proposta combinada, uma ação conjunta do Executivo e do Legislativo, para que os Parlamentares desta Casa possam acompanhar.

Então, V.Exa. tem a palavra para fazer as suas considerações finais e os comentários acerca dos depoimentos dos colegas Parlamentares.

O SR. MINISTRO FERNANDO BEZERRA - Presidenta Deputada Perpétua Almeida; meu caro companheiro, amigo, Relator desta Comissão, Deputado Glauber Braga, em nome deles dois quero cumprimentar todos os Parlamentares desta Comissão.

inicio meus comentários em relação às intervenções feitas, primeiro, dizendo do meu orgulho e da minha honra em poder liderar uma equipe tão valorosa, que tem nos apoiado, ajudado e auxiliado nos nossos trabalhos e nas nossas responsabilidades frente ao Ministério da Integração.

Nesta Comissão, faz-se presente o meu Secretário-Executivo, Dr. Alexandre Navarro, que teve um papel importantíssimo na coordenação dos trabalhos que levaram à iniciativa da introdução do cartão da Defesa Civil. Ele coordenou os esforços dos técnicos da Secretaria e dos técnicos da CGU para que a gente pudesse introduzir essa inovação na administração pública federal. Está também presente o meu Chefe de Gabinete, Dr. Gelson Albuquerque, que, nos meus impedimentos, recebe muitos dos Srs. Parlamentares para poder dar sequência aos pleitos e às demandas.

Evidentemente, sobre as diversas palavras que aqui foram dirigidas à equipe da SEDEC, eu acho que, à medida que o tempo avançar, os membros desta Comissão vão conhecer mais e mais o talento, a capacidade e, sobretudo, a dedicação do Coronel Humberto Viana à frente da Secretaria Nacional de Defesa



Civil. É uma pessoa que tem relevantes serviços prestados ao serviço público no Estado de Pernambuco, tem experiência nessa área de Defesa Civil acumulada, está liderando uma equipe talentosa de técnicos e especialistas, que estão nos ajudando e ajudando a Presidenta Dilma a promover a virada na Política Nacional de Defesa Civil.

Nós estamos determinados a viabilizar isso. Sabemos que isso vai demandar tempo, vai exigir paciência, vai exigir muito trabalho conjunto com Estados e Municípios, mas, sobretudo, de parceria com o Congresso Nacional.

Eu começo agradecendo, como já tive oportunidade de fazer, à Deputada Luci, de Santa Catarina, pela suas palavras. Quero dizer também ao meu amigo, Deputado José Airton, do Ceará, que nós, neste ano, já que as competências ficaram aclaradas e definidas entre o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração... É muito importante que o Congresso Nacional, quando da análise da peça orçamentária, da Lei Orçamentária Anual, possa garantir recursos de prevenção para o Ministério da Integração, notadamente no que diz respeito às ações de erosão marinha, que foram alvo dos seus comentários, que é atribuição clara do Ministério da Integração Nacional. Nós sabemos que, sobretudo no Nordeste, há muitas áreas de invasão do mar. É preciso urgentemente cuidar de ações de mitigação.

Quero agradecer as palavras ao Deputado José Stédile. Ele aqui fez uma colocação muito interessante: chove e há seca todos os anos, portanto não se trata de uma emergência; trata-se de uma ação permanente. No caso específico do Rio Grande do Sul, quero trazer a informação de que, nas ações do PAC 2, nós vamos investir mais de 450 milhões para ampliar a oferta de recursos hídricos, sobretudo na metade sul do Rio Grande, com a construção de 4 barragens e 2 canais de irrigação. Vamos fazer, em parceria com o Governo Tarso Genro, um amplo estudo de toda a Bacia Hidrográfica do Santa Maria para que a gente possa otimizar as possibilidades de ampliação da oferta de água. A Presidenta Dilma está determinada. Assim como está dando sequência à obra de integração de bacias do São Francisco para resolver de forma definitiva a questão da oferta hídrica no Nordeste, ela também está determinada a enfrentar a questão da escassez hídrica na metade sul do Rio Grande do Sul.



Ao meu companheiro e amigo Deputado Ribamar Alves, que colocou com muita propriedade uma grande verdade, a lentidão nas ações de reconstrução e nas ações de prevenção, digo que tive oportunidade de colocar aqui algumas das razões para isso que podem justificar, mas não explicam. Acho que todas as mudanças que estamos introduzindo nas nossas portarias, regulamentos e iniciativas vão nessa direção: promover não só a agilidade da aplicação dos recursos mas a segurança da aplicação. Acho que o cartão da Defesa Civil é o exemplo mais eloquente.

Agora, também é preciso compreender, no que diz respeito a ações de construção de casas na região serrana, a dificuldade para desapropriação e o acesso a terreno livre e desimpedido para dar início à construção das unidades habitacionais — isso se deu também em Alagoas, em Pernambuco; a promoção de ações de desapropriação, que muitas vezes são contestadas na Justiça; chegar a preço, chegar finalmente a ter acesso a áreas da região serrana e, no caso da mata sul pernambucana, da mata norte alagoana, muito acidentadas, exigindo obras de terraplanagem que muitas vezes custam mais do que o preço das casas. Então, isso cria toda uma sorte de dificuldade para que as ações possam ser desencadeadas.

A outra observação importante é o trabalho de dragagem dos rios para evitar as inundações recorrentes, e, de fato, as ações de dragagem fazem parte de ações de prevenção e são atribuições do Ministério da Integração.

Ocorre que é preciso — e aí volto a insistir na minha sugestão — que a gente possa reforçar o Orçamento do Ministério da Integração no que diz respeito a ações de prevenção. A tradição, a cultura, que eu mostrei na transparência, é o Orçamento vir quase zero. Acabamos de mostrar aqui que o Orçamento de 2011 foi de 135 milhões de reais, que é nada do ponto de vista das necessidades para que a gente possa enfrentar ou ampliar as ações de prevenção. A tradição é trabalhar com medidas provisórias. A medida provisória se justifica para as ações de assistência à população e para ações de reconstrução, mas o Congresso — e aí podemos trabalhar e atuar — pode reforçar as ações voltadas para a prevenção, sobretudo para atender também as demandas que foram apontadas, como a situação indicada pelo Deputado lá no Rio Grande do Sul.

Queria finalmente agradecer as palavras carinhosas ao Deputado Décio Lima em relação ao nosso trabalho, ao trabalho da nossa equipe, e dizer que a sugestão



que eu dei, Deputado Glauber, de a gente ter no marco regulatório algo que possa motivar o voluntariado é muito em cima da experiência do Estado de Santa Catarina. Existe uma experiência muito positiva do trabalho de voluntariado feito pelos bombeiros voluntários em Santa Catarina, e no Município de Blumenau, certamente com a contribuição relevante do Deputado Décio Lima, quando Prefeito de Blumenau, a estrutura de Defesa Civil de Blumenau e suas ações de defesa civil são referências nacionais. Estamos querendo ajudar e fazer parceria com o Município de Blumenau para que possa ter um *benchmarking* daquilo que a gente considera como sendo o ideal ou adequado para a estruturação e a organização do sistema de defesa civil a nível dos Municípios brasileiros.

Encerrando, quero agradecer à Presidenta Perpétua pela forma amiga e carinhosa com que esta Comissão nos recebeu, colocando-nos à disposição lá no Ministério da Integração, para que possamos oferecer a nossa contribuição para que o trabalho desta Comissão possa ajudar o Brasil a ter um novo marco legal que esteja à altura da expectativa da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Ministro Fernando Bezerra.

Eu queria só lembrar que esta Comissão vai readequar seu calendário para poder estar presente aos eventos de simulados nos Estados brasileiros.

Agradeço a presença ao Ministro, pedindo aos colegas Parlamentares que permaneçam na Comissão porque temos um requerimento sobre o simulado na Casa que precisa ser aprovado.

Vamos suspender por dois minutos para podermos nos despedir do Ministro.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Glauber Braga) - Reabrindo a reunião, passamos agora à parte de deliberação de requerimentos.

Requerimento nº 25/2011, da Sra. Deputada Perpétua Almeida, que solicita realização de simulado de incêndio no âmbito da Câmara dos Deputados, bem como sejam tomadas as providências necessárias.

Para encaminhar, concedo a palavra à autora do requerimento.



A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, requeiro a V.Sa. as providências necessárias à realização de simulado de incêndio no âmbito da Câmara dos Deputados, bem como a adoção das medidas cabíveis pelos órgãos de segurança e prevenção de acidentes da Casa, de modo a assegurar a desocupação ordenada dos edifícios.

A justificativa, que é importante garantirmos aqui, é que a segurança no ambiente de trabalho é fundamental em locais onde transita um grande número de pessoas. Para que isso ocorra, é essencial a concretização de atitudes a serem adotadas entre os servidores e o público frequentador da Casa, em sintonia com a coordenação eficaz do grupo capacitado para agir numa situação emergencial, a fim de se evitar o caos e/ou minimizar os danos.

Além do cunho educativo, julgo a realização do simulado o exercício mais adequado para avaliar decisões tomadas de forma emergencial, especialmente a eficácia de determinados procedimentos tais quais o contato imediato com as autoridades competentes que agirão na debelação do foco emulado do incêndio, e, mais importante, na desocupação ordenada do edifício onde detectado o evento.

Para o sucesso na realização, considero de suma importância o contato com órgãos detentores de experiência na realização de tais eventos. Neste sentido, indico o Departamento de Minimização de Desastres, vinculado à Secretaria Nacional de Defesa Civil, do Ministério da Integração Nacional.

Lembro, Sr. Presidente, que esta Comissão deve acompanhar os simulados que acontecerão em Angra dos Reis, propostos pelo Ministério, para que possamos acompanhar a situação das nossas usinas, e as demais agendas de simulados espalhados pelo Brasil inteiro, propostos pelo Ministério. Lembro ainda que essa é uma ação conjunta desta Comissão com o Ministério da Integração Nacional.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Glauber Braga) - Consulto o Plenário sobre se algum Deputado deseja encaminhar a matéria.

A Deputada Luci Choinacki tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA LUCI CHOINACKI - Eu só desejo aprender mais. (Risos.) É importante, nos Estados onde vai ser feito — vai ser feito no sul —,



termos a agenda com antecedência, para nos organizarmos e participarmos, além de participarmos aqui. Isso é muito importante.

É uma iniciativa louvável, porque não é só teoria. Temos que ir teorizando e praticando, aprendendo, até sermos o exemplo para ensinar as populações e dar informação. Isso é muito importante.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Glauber Braga) - Passamos, então, ao processo de votação.

Em votação o Requerimento nº 25/2011.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado sem voto contrário.

Lembro que nos dias 25 e 26 próximos esta Comissão vai realizar visita a Manaus, Capital do Estado do Amazonas.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.